



A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA: REFLEXÕES A PARTIR DA LEITURA DOCENTE

Kallanya Kelly Borborema do Nascimento¹

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: kallenyakelly2@hotmail.com

Patrícia Cristina de Aragão Araújo²

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: cristina-aragao21@hotmail.com

Auricélia Lopes Pereira³

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: auricelialpereira@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A partir do ano de 2003, foi promulgada a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de História africana da cultura afro e afro-brasileira nos conteúdos de História do ensino Fundamental ao Médio. Essa lei altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e tem o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro. Após um ano da promulgação dessa Lei, o CNE (Conselho Nacional de Educação) aprovou o parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Esses documentos foram frutos dos apontamentos de alguns pesquisadores intelectuais, da análise de técnicos da educação e do comprometimento de alguns parlamentares, mas

¹ Graduando do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista PIBID/CAPES.

² Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba.

³ Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista PIBID/CAPES.



principalmente por uma série de inquietações e ações organizadas dos Movimentos Negros organizados. (OLIVA, 2009).

Esses movimentos lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, sejam através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; Dentre esses movimentos está o MNU (Movimento Negro Unificado), criado em 1978, buscando a reavaliação do papel do negro na história do Brasil e a valorização da cultura negra, assim como recriar e divulgar a imagem de uma África Mítica, autônoma, bela e relevante. Segundo Marta Abreu e Hebe Mattos, a ação desses movimentos é na verdade um dos sinais mais significativos de um lugar político e social conquistado pelos chamados movimentos negros e antirracistas no processo político brasileiro, e no campo educacional em especial. (ABREU; MATTOS, 2008, P. 6).

Partindo desse pressuposto, é preciso compreender que a Lei 10.639 ainda é fruto das histórias pouco pesquisadas e, portanto ainda pouco conhecidas e estudadas em nossas escolas. Contudo é preciso saber que mesmo tornando-se de uma Lei obrigatória ela ainda por muitas vezes se torna um desafio para muitos professores. Devido a isso, o que a pesquisa pretende apresentar é justamente se o professor da educação básica apresenta domínio sobre a questão étnico racial, se o mesmo possuiu conhecimento e estudo devido sobre o assunto em sua formação acadêmica ou em centros de formação continuada, para que esse venha a ter domínio necessário sobre o tema e podê-lo aplicá-lo em seu ensino. Além disso, pretendo discutir como a Lei 10.639 vem sendo trabalhada em sala de aula, a importância que esse professor dar para o ensino das relações étnico- raciais e quais as dificuldades que o mesmo enfrenta para abordar a questão de forma satisfatória e positiva para ele enquanto professor, e para compreensão do alunado em geral.

METODOLOGIA:

A pesquisa sobre as questões étnico-raciais na escola trata-se de uma pesquisa de História Oral temática, articulada a pesquisa bibliográfica a respeito de como deve ser feita a formação dos professores para trabalhar a temática e como ela vem sendo abordada em sala de aula a partir da Lei 10.639, que torna obrigatório do ensino fundamental até o ensino médio o estudo da história e cultura



afro-brasileira e africana em todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas. Essa Lei que por sua vez, propõe ressaltar a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira na qual os negros são considerados sujeitos históricos fundamentais para a construção social e cultural do nosso país. Partindo desse pressuposto, utilizei da própria Lei 10.639/2003 como fonte, aliado a entrevista realizada com a professora titular do ensino Fundamental II, da rede pública de ensino na cidade de Campina Grande.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Através da entrevista realizada com uma professora titular da rede pública de ensino, conseguir identificar como as questões étnico-raciais vêm sendo discutidas e trabalhadas em sala de aula nas aulas de história, após a promulgação da Lei 10.639/03. A partir do olhar e fala da professora, foi perceptível que em sua formação não houve um estudo aprofundado e devido sobre a temática, tendo em vista que esse é um dos problemas ainda hoje presente em algumas instituições de Ensino Superior. A mesma alegou que o conhecimento mais amplo sobre a temática, adquiriu via cursos de formação continuada, oferecidos pelo Neabí/Uepb (Núcleo de estudo e pesquisa afro-brasileiro e indígena, da Universidade Estadual da Paraíba), e através de pesquisas que a mesma realizou via internet.

Segundo ela, o estudo e a discussões sobre tais questões são de extrema importância, uma vez que, há uma necessidade grande de retratar a participação da população negra para a construção do nosso país, assim como a formação do povo brasileiro, tendo a raça negra como peça preponderante e fundamental, pois para ela ainda é algo pouco compreendido pelos alunos que mesmo com toda facilidade ao acesso a informações, sejam elas através da mídia, das redes sociais e da internet, a questão racial ainda continua sendo um tema que merece atenção e uma abordagem maior nas escolas, para que isso venha a refletir entre os jovens, na maior percepção dessa participação negra no decorrer da história e do seu papel na sociedade em geral.

Nos seus relatos, a professora também apontou que essas abordagens se tornam ainda mais necessárias nas turmas em que leciona especificamente, pois alguns de seus alunos mesmo sendo em maioria mestiços e negros, não se reafirmam como tal, se autodenominando indivíduos de cor branca. Essa atitude

segundo ela tenta driblar e evitar algum tipo de discriminação ou preconceito racial que venha a existir sobre ele, e até mesmo em outros casos revela uma forma de não aceitação, partindo dele próprio o preconceito enquanto tal. Isso ocorre segundo o olhar da professora, pela falta de informação devida que esse indivíduo ficou imerso durante boa parte de seu aprendizado escolar, e pelas condições impostas pela própria sociedade, que mesmo com todos os movimentos de luta pela inserção negra igualitária e melhores oportunidades de vida, que ainda infelizmente é uma grande dificuldade da população negra em geral.

Contudo, tendo em vista que tais questões são relevantes para o ensino de história, a professora relatou buscar abordar a temática visando desconstruir esses preconceitos ainda existentes entre o alunado, abordando a questão racial partindo do pressuposto de que raça só existe uma a Raça Humana, e que dentro dessa humanidade existem diversas etnias, apresentando especificidades e características distintas, tendo, portanto, os indivíduo aprender a conviver, respeitar e valorizar quaisquer que seja essas diferenças, sejam elas de cor, gênero, religiosa, econômica, física, ou social.

Portanto, tem como método intervir quase que diariamente em suas aulas os temas que fazem referencia a questão étnico racial, e aplicação da Lei 10.639, discutindo segundo a mesma a partir do Estatuto da Igualdade Racial, tentando combater com a discriminação e o preconceito que venha a surgir em sala de aula. Mesmo sendo alunos muitos jovens, para ela essas discussões tornam-se bastante satisfatórias e relevantes, o que resultou no ano de 2013, um projeto elaborado pelos próprios alunos, na qual foi apresentado na Amostra pedagógica da instituição, retratando a Juventude negra na qual foram abordos temas como: violência, a aceitação do individuo negro na sociedade, o sistema de cotas raciais, a valorização do negro e os movimentos sociais. Essas abordagens garantiram segundo a professora, bastante envolvimento por parte dos alunos e mobilizou toda a escola.

CONCLUSÃO

A partir da pesquisa realizada, compreendemos que após a instituição da Lei houve uma mudança significativa no ensino das relações étnico-raciais na escola.



Com base no depoimento da docente, que está na prática escolar há quase 30 anos, a promulgação da Lei trouxe possibilidades desta temática ser abordada na escola. Além do mais, pude perceber, através da análise e da fala da professora que os professores da educação básica também se mostram mais preocupados de como trabalhar a Lei e interessam cada dia mais em procurar fazer formação continuada, participar de palestras, minicursos e eventos relacionados às questões étnico-raciais em busca de mais conhecimento sobre o assunto. Contudo, considero essa preocupação como um passo significativo para garantir a discussão da temática e consequentemente a busca cada vez mais ampla sobre a valorização do negro enquanto sujeito participante na construção do país, assim como a importância da diversidade étnica, ao qual resultou o povo brasileiro. O professor vendo isso como assunto na qual merece relevância e deve ser abordado com seu alunado já se torna um passo significativo para que através de seu olhar e de sua bagagem teórica sobre o assunto, possa discuti-los em sala, visando valorizar a cultura negra, as suas lutas e história do povo negro na construção da nação brasileira que por muitas vezes se manteve esquecida e camuflada. Além disso, tentar romper com qualquer tipo de discriminação e preconceito existente dentro da escola, levando-os a reconhecer, valorizar e respeitar o seu próximo, e a acolher quaisquer que sejam as diferenças, é fundamental de ser empreendido na escola.

REFERÊNCIAS

OLIVA, Ribeiro Anderson. O Espelho africano em pedaços: Diálogos entre as representações da África no imaginário escolar e os livros didáticos de História, um estudo de caso no recôncavo baiano. Revista do centro de Artes e Letras vol.1, 2007.

MATTOS, Hebe. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel (Org.) Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003. p.128.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.



BRASIL, Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília: SECAD; SEPPIR, junho, 2009.